

*No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes**

ANGÉLICA MÜLLER

Universidade Salgado de Oliveira

Resumo: O presente trabalho visa apresentar o percurso realizado por estudantes para a realização do Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes – UNE, em 1979, evidenciando sua importância como fato político na luta pelas liberdades democráticas, fruto de uma nova cultura política. A resistência praticada pelo movimento estudantil, mesmo no período mais agudo da ditadura militar brasileira, sempre privilegiou a organização associativa como melhor forma de representação e por ela lutou. Tão logo os sinais de abrandamento do regime foram notados, o movimento tratou de reestruturar sua entidade nacional, colocada na ilegalidade quando o regime se instalou em 1964, e que atuou na clandestinidade total depois da assinatura do Ato Institucional nº 5, em 1968, até início dos anos de 1970, quando a virulenta repressão desbaratou toda a diretoria. Baseando-se em depoimentos de ex-militantes, documentos estudantis e os produzidos pela imprensa da época, a ideia é apresentar uma narrativa analítica ao leitor para que ele possa compreender a importância da realização de um Congresso de 10 mil estudantes ainda sob as asas da ditadura militar e sua contribuição para a redemocratização do país.

Palavras-chave: UNE; Movimento Estudantil; Redemocratização.

* Artigo submetido à avaliação em 3 de abril de 2014 e aprovado para publicação em 20 de maio de 2014. Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no XI Congresso Nacional de História Oral no Rio de Janeiro, no ano de 2012.

Abstract: This paper presents the route taken by students for realizing the Congress for the Reconstruction of the National Union of Students – UNE in 1979, highlighting its importance as a political event in the struggle for democratic freedoms, result of a new political culture. The resistance applied by the student movement, even in the most acute period of the Brazilian military dictatorship, has always favored the associative organization as the best way of representation and fought for it. As soon as signs of slowing regime were noted, the movement sought to restructure its national body, outlawed when the regime was installed in 1964, and who served in hiding total after signing the Institutional Act nº 5 in 1968 until early 1970 when a virulent crackdown routed across the board. Based on testimonies of former militants, and the documents produced by the student press at the time, the idea is to provide an analytical narrative to the reader so that he can understand the importance of holding a Congress of ten thousand students still under the wings of the military dictatorship and its contribution to the democratization of the country.

Keywords: UNE; Student Movement; Redemocratization.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi colocada na ilegalidade quando o regime militar se instalou, em 1964. Atuou na clandestinidade total depois da assinatura do Ato Institucional nº 5, em 1968, até início dos anos de 1970, quando a virulenta repressão desbaratou toda a diretoria. Mesmo no período considerado mais agudo da ditadura militar brasileira (1969–73), os estudantes privilegiaram a organização associativa como melhor forma de representação, e por ela lutaram. Tão logo os sinais de abrandamento do regime foram notados, o movimento tratou de reestruturar sua entidade nacional. A proposta do governo Geisel (1974–79) de abertura “lenta, gradual e segura” do regime permitiu que, aos poucos, as entidades de base, Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs), fossem reorganizadas. Para diferenciar-se daqueles que foram propostos pela ditadura, os mesmos recebiam o nome de “Livre”, como o DCE Livre Alexandre Vanucchi Leme,

da Universidade de São Paulo (USP), reorganizado em 1976. O nome foi uma homenagem ao colega morto nos porões da ditadura.

No bojo da reorganização do DCE da USP aconteceram os dois primeiros Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs), ainda no ano de 1976, cujo alcance ficou no próprio estado de São Paulo, contando com a participação de algumas tendências do movimento, como a APLM (Ação Popular Marxista Leninista) e a trotskista Liberdade e Luta (Libelu). Apesar das diferentes colorações políticas, todos os estudantes acreditavam que o melhor canal para combater a ditadura era a UNE reorganizada. Nesse sentido, ficou clara a importância da organização associativa como um dos principais canais para engajamento, elaboração e difusão da ação política. Entretanto, o que diferenciou essas correntes era a maneira como a volta da entidade nacional deveria ser realizada, bem como o tempo de maturação para tanto. Mais do que uma questão de modo e tempo para reconstrução da UNE, as discussões revelavam a disputa pelo poder e pelo controle do movimento, permitindo pôr em prática as concepções políticas preconizadas pelas diferentes tendências sobre o conjunto do Movimento Estudantil.

O ano de 1977 apresentou uma conjuntura política conturbada: devido à derrota da reforma do Judiciário, o governo, em 1º de abril, fecha o Congresso e baixa uma série de medidas que ficaram conhecidas como Pacote de Abril.¹ Esse foi um motivo para as manifestações estudantis, que já

¹ Composto de 14 emendas e três artigos novos, além de seis decretos-leis, o “pacote” determinou, ainda, entre outras medidas: eleições indiretas para governador, com ampliação do colégio eleitoral; instituição de sublegendas, em número de três, na eleição direta dos senadores, permitindo à Arena recompor as suas bases e aglutiná-las sob o mesmo teto; ampliação das bancadas que representavam os estados menos desenvolvidos, nos quais a Arena costumava obter bons resultados eleitorais; extensão às eleições estaduais e federais da Lei Falcão, que restringia a propaganda eleitoral no rádio e na televisão e fora criada para garantir a vitória governista nas eleições municipais de 1976; alteração do quórum, de 2/3 para maioria simples, para a votação de emendas constitucionais pelo Congresso; ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos. (MOTTA, Marly. O pacote de abril. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/html/fatos/PacoteAbril.asp>. Acesso em: 10 set. 2009. Para maiores informações sobre o pacote de abril, consultar: ALVES, Maria Helena Moreira, *Estado e oposição no Brasil*:

vinham aumentando no início do ano (com relação ao ano anterior), ultrapassarem o limite das reivindicações educacionais e retornarem às ruas, algo inédito desde 1968. A volta às ruas foi extremamente divulgada pela Grande Imprensa. No entanto, a cobertura das passeatas e rumos do ME apresentou um sentido muito maior, de pressão sobre o regime, do que propriamente de evidenciar o ressurgimento do movimento.

Certamente essa divulgação contribuiu para o acirramento dos confrontos entre estudantes e militares, e, nessa conjuntura, o III ENE foi organizado três vezes. A primeira tentativa, em Belo Horizonte, foi abortada antes mesmo de começar. Forças-tarefas da polícia foram acionadas e começaram a agir nos próprios estados de origem, impedindo estudantes de saírem; muitos daqueles que chegaram às proximidades de Belo Horizonte foram presos. Os que conseguiram escapar do esquema de segurança da polícia se reuniram na Faculdade de Medicina, em torno de 400 estudantes (*Veja*, 8 jun. 1977, p. 22), sendo cercados pelas tropas mineiras, a pedido do governador Aureliano Chaves (em consonância com as normativas do ministro da Justiça, Armando Falcão), e rendidos pela polícia para interrogatório.² Assim, fracassou a tentativa de realizar o III ENE. Em várias cidades, estudantes realizaram protestos contra a ação policial realizada em Belo Horizonte: em assembleias³ houve propostas de redefinição do local do encontro e, uma vez mais, a cidade de São Paulo foi escolhida para, no dia 21 de setembro daquele ano, sediar o evento.

O mesmo esquema policial posto em prática em Belo Horizonte foi montado pelas tropas comandadas pelo secretário de Segurança Pública, Erasmo Dias, na capital paulistana. A Cidade Universitária, local previsto

1964–1984. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2005, p. 231-237).

² Neste trabalho, não relato todos os acontecimentos que envolveram as tentativas de realização do III ENE, por acreditar que esses fatos já foram amplamente divulgados. De toda forma, para verificar todo o processo, sugiro a leitura dos capítulos 2 e 3 da tese de Renato Cancian citada na bibliografia.

³ Para as principais ações do ME após a tentativa do III ENE de Belo Horizonte, consultar: “A paz longe do campus”, *Veja*, 15 jun. 1977, p. 24-27.

para o encontro, foi completamente cercada. Diante da impossibilidade da realização do encontro no campus da Universidade de São Paulo, dezenas de universitários se reuniram na Faculdade de Medicina da USP, onde mais uma vez o “encontro” foi frustrado com a chegada das tropas de Dias. Depois de uma negociação, os cerca de 200 estudantes se renderam e foram ao Dops prestar depoimento. As manchetes do jornal *O Estado de S. Paulo* do dia seguinte, 22 de setembro, frisavam o impedimento da reunião estudantil e a frustração da última tentativa dos estudantes de realizar seu encontro. A reportagem ainda insinuava uma ambiguidade provocada pelo ME, ao mencionar o fato de que os universitários presos na Faculdade de Medicina se queixavam (no Dops) de “não terem tido a companhia dos organizadores do movimento, que ao perceberem a polícia foram os primeiros a fugir” (*O Estado de S. Paulo*, 22 set. 1977, p. 20). O jornal relatou que eram grandes os rumores da realização de um ato público contra as prisões, afirmando a movimentação no CA XI de Agosto (Faculdade de Direito da USP) e a suspeita dentro da Secretaria de Segurança de que estudantes estariam tentando se reunir no teatro Ruth Escobar (*O Estado de S. Paulo*, 22 set. 1977, p. 20). A reportagem deixa clara a confusão que os próprios estudantes queriam causar no esquema de policiamento de Erasmo Dias.

Tanto que, no dia 22, várias manifestações ocorreram em diferentes pontos da cidade⁴ e foi realizada uma grande assembleia na PUC. Ali foi anunciada a realização do III ENE, numa reunião de pouco mais de uma hora, na qual estiveram presentes setenta delegados de dez estados. Para os estudantes, estava claro que a ação policial impediria a realização de um encontro aberto, como planejado. Sendo assim, o conjunto de lideranças reunido preferiu deixar os debates sobre a conjuntura de lado e deliberar um único ponto de pauta para o encontro: a reorganização do movimento. A proposta aprovada foi a formação da Comissão Pró-UNE, integrada por todos os DCEs e entidades municipais e estaduais que lá estavam. A referida

⁴ A revista *Veja* publicou uma matéria de quatro páginas relatando os episódios daquela semana em detalhes: “Estudantes: a universidade invadida”, *Veja*, 28 set. 1977, p. 31-34.

comissão teria como tarefa coordenar as lutas estudantis em nível nacional; fazer propaganda da história da UNE, promovendo o debate em torno da sua reconstrução; e realizar o IV ENE. O problema se desenrolou quando as tendências vitoriosas propuseram realizar uma “comemoração” na própria PUC naquela noite, causando o trágico episódio da invasão,⁵ cujo saldo foi uma universidade destruída, vários estudantes feridos, cerca de 700 presos e 37 enquadramentos na Lei de Segurança Nacional.

O IV ENE aconteceu nos dias 3 e 4 de outubro de 1978. Os grandes esquemas de segurança e o cerco policial ficaram definitivamente para trás. O encontro, como boa parte dos outros que aconteceram ao longo do ano, não sofreu a dura repressão por parte dos militares. É possível supor que o desfecho do III ENE serviu de autocritica para ambas as partes que entraram em conflito. Ou, ainda, que os militares centraram sua atenção nas greves e paralisações operárias que afloraram naquele momento. Foi assim que mais de 400 delegados, representando 169 escolas de treze estados,⁶ além do Distrito Federal, se reuniram na FAU/USP para discutir principalmente a rearticulação da UNE, como aparece no excerto de um documento da época: “O IV ENE deve[ria] fundamentalmente definir orientações concretas para a condução do movimento. Definir qual o processo de reconstrução da UNE, e mais, ter propostas que [fizessem] avançar nesse sentido (...).”⁷ Não por acaso, a principal discussão ficou por conta da reestruturação da UNE. Os debates, que começaram no sábado e terminaram no domingo, defendiam (como podia se esperar) diferentes posições sobre o grau de mobilização e organização dos universitários: havia aqueles que acreditavam na maturidade do movimento e os que duvidavam dela, propondo aguardar o fortalecimento da organização. Após muitas discussões, foi aprovada a

⁵ Relatos sobre a invasão da PUC disponíveis em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=856>>. Para os dados do IPM da invasão da PUC, consultar o item 3.7 da tese de Renato Cancian citada na bibliografia.

⁶ Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*: São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Alagoas, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais e Goiás.

⁷ Informes. [1978] (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 37).

realização do Congresso de Reconstrução da UNE nos dias 29 e 30 de maio de 1979, na cidade de Salvador.⁸

As articulações do ano de 1979 começaram em janeiro, numa reunião da Comissão Pró-UNE na Casa do Estudante, no Rio de Janeiro. A ideia inicial era realizá-la na UFRJ, mas, devido à proibição do reitor, Luiz Renato Carneiro da Silva Caldas, os estudantes tiveram que procurar outro local (*Jornal do Brasil*, 13 jan. 1979). Segundo relatório preparado pelo Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), 26 DCEs e 36 DAs e CAs participaram do evento, com representantes de 14 estados.⁹ Através desse relatório, ainda se constatou que as lideranças mais atuantes estavam representadas pela UEE/SP, USP, UFRJ, UFBA e UFMG. Tais informações atestam a dimensão nacional atingida pelo ME, mostrando também que seus principais atores já não estavam reduzidos às articulações no interior do estado de São Paulo, embora essas continuassem a ser importantes.

O primeiro eixo de discussão do encontro foi destinado às questões da universidade, e foi aprovada, por ampla maioria, a moção apresentada pelos representantes da UFMG (liderados pela tendência trotskista Centelha): “Mais verbas para ensino, melhores condições de ensino, rebaixamento ao máximo das anuidades.” No que se referia às reivindicações das universidades privadas, prevaleceu a ideia de que a Comissão Pró-UNE (com 15 votos) deveria encaminhar as demandas, em detrimento de uma proposição pela criação de uma executiva nacional das escolas pagas (com quatro votos), o que denota o fortalecimento dessa Comissão como representação do conjunto. O segundo eixo de discussão era referente à atitude a ser tomada em relação à posse do novo presidente da República, general Figueiredo: todas as tendências eram unânimes pela realização de um “Dia Nacional de Lutas”. Entretanto, as posições variavam quanto às

⁸ Romagnoli e Gonçalves descrevem as propostas mais detalhadamente, bem como quais foram os critérios definidos para a retirada de delegados (*A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*, cit., p. 35).

⁹ Informe DGIE de 20.01.1979. Assunto: Congresso Pró-UNE. APERJ/Polícia Política. Setor estudantil. Notação 67, p. 203-214.

palavras de ordem que deveriam figurar. Ganhou a proposta do DCE/UFRJ, organizador do evento: “Realização, no dia 15 de março, do Dia Nacional de Luta contra a posse do ‘novo ditador.’” Em contraposição, uma das propostas menos votadas foi apresentada pelo DCE/USP (liderado pela “Libelu”) visando à instituição do “Dia Nacional de Luta no dia 15”, e que defendia a realização de uma “assembleia nacional constituinte, livre e soberana” (obteve 5 votos).¹⁰ Observa-se que era consenso o protesto contra a posse do “novo ditador”, mas as correntes presentes no movimento eram mais ou menos radicais em relação às propostas de manifestação.

Quanto à volta da UNE, o relatório do DGIE aponta as divergências entre as correntes:

Foi registrada uma divisão entre os DCEs presentes no tocante ao momento de se lançar a UNE. A UFBA e a UFMG, dentre outras, foram uníssonas em afirmar que a UNE deve retornar no momento preciso, sob pena de ser arrastada por qualquer sopro. O desequilíbrio ainda dominante em muitos estados e o recuo do ME na maioria dos grandes centros urbanos servem perfeitamente de base para justificar tal linha de pensamento. Como disse o representante de Goiás, os universitários ficam bastante ilhados das grandes decisões do ME. A própria inoperância da Comissão Executiva Pró-UNE contribui para isso. Para o presidente do DCE Mário Prata [UFRJ] e para tantos outros, 1979 é o ano da UNE”.¹¹

E assim foi decidido. O IV ENE acabou fixando a data e o local para a realização do Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes: maio de 1979 na cidade de Salvador (Bahia). Recém-assumido presidente do DCE/UFBA, Ruy César Costa e Silva, próximo da tendência

¹⁰ Informe DGIE, de 20.01.1979. Assunto: Congresso Pró-UNE. APERJ/Polícia Política. Setor estudantil. Notação 67, p. 204.

¹¹ Informe DGIE, de 20.01.1979. Assunto: Congresso Pró-UNE. APERJ/Polícia Política. Setor estudantil. Notação 67, p. 208.

“Viração” (PCdoB), ficou com a incumbência de organizar o evento para mais de 5 mil estudantes, tarefa árdua, uma vez que a universidade não tinha condições de abrigar um encontro de tal monta. Por esse motivo, Ruy César, contrariando a direção política do movimento, resolveu fazer uma, em suas palavras, “translouquice”:

Eu me lembro que comprei umas fichas, fui num telefone público e liguei para a governadoria. Disse: ‘Quero falar com o governador (risos), preciso fazer uma entrevista.’ – ‘Quem é você?’ – ‘Ah, sou um estudante, sou presidente do DCE e eu preciso falar com o governador.’ Governador esse, aí eu fui tomar conhecimento, era o Antônio Carlos Magalhães [...] (risos). – ‘Mas você quer o quê?’ ‘Nós vamos fazer o Congresso de Reconstrução da UNE em Salvador e eu preciso do espaço, eu quero [...] o Centro de Convenções, eu preciso de um espaço para fazer esse Congresso’ (COSTA E SILVA, 2004).

Foi assim que, no dia seguinte, foi agendada uma reunião com o governador. Segundo Ruy César: “Ele me recebeu com a gravata vermelha e disse assim: ‘Olha, vim de gravata vermelha pra mostrar que eu estou em paz’, ou seja, como se dissesse: ‘Estou recebendo os comunistas...’ (risos)” (COSTA E SILVA, 2004). O resultado de três reuniões foi o empréstimo do Centro de Convenções, que ainda nem estava pronto, atitude paradoxal, se pensarmos que foi de um governador aliado e indicado pelo regime que proibira a reunião. Sem entrar no mérito do paradoxo, o importante a sublinhar é que assim começava a grande movimentação para a realização do congresso.

As reuniões da Comissão Pró-UNE se intensificaram e, como consequência delas, as retaliações por parte dos representantes oficiais das universidades e do próprio regime (*Jornal do Brasil*, 21 jan. 1979, p. 9). E cada vez mais a comissão participou dos principais eventos contra o governo,

como foi o caso do ato público em defesa da Amazônia, realizado no final de março, na ABI.¹²

Entre 5 e 6 de maio, a 10ª Reunião da Comissão elaborou o regimento do Congresso de Reconstrução. Além de todas as normas para a retirada de delegados, o regimento estabeleceu a estrutura do congresso, definindo, inclusive, o temário dividido em seis grupos de debates: 1) carta de princípios e estatutos da UNE; 2) grupos de trabalho da UNE: cultural, esportes e secretarias por áreas profissionais; 3) eleições da UNE; 4) universidade; 5) realidade brasileira; 6) lutas dos estudantes: balanços e perspectivas.¹³ Os pontos deliberados revelaram a ênfase na busca pela reconstrução da entidade. Demonstraram, ainda, a importância dos canais de debate para construção, fins e meios da associação, que, naquele momento, podia ser entendida como *locus da práxis* democrática. A falta de atenção ao status da UNE merece comentário: na documentação pesquisada, não há referência de reivindicações de apresentar a entidade estudantil como um sindicato de estudantes. Essa proposta não foi cogitada por nenhuma tendência. Quanto à participação de estudantes no congresso, a “Libelu”, contrariando as demais tendências, defendia a presença de secundaristas e pós-graduandos como delegados. Assim, foi aprovado pela Comissão Pró-UNE que somente os estudantes universitários seriam delegados. Já os demais poderiam participar apenas como observadores.

Na pauta, não foi previsto nenhum ponto relativo à conjuntura internacional. As análises de conjuntura nacional mostraram-se mais importantes naquele momento e, independentemente do que estivesse acontecendo, mesmo nos países vizinhos, o combate esteve centrado primeiro no “inimigo interno”. Entretanto, a conjuntura internacional não foi relegada completamente, visto que várias moções que contextualizavam questões internacionais foram aprovadas no congresso. Destarte, podemos dizer que o congresso visava, antes de tudo, reconstruir a entidade de

¹² Informe DGIE 945/79, de 03.04.1979. APERJ/Polícia Política. Notação 67, p. 653.

¹³ Regimento do Congresso de Reconstrução da UNE. XXXI Congresso. São Paulo, 05 e 06.05.1979. X Reunião da Comissão Pró-UNE, p. 7 (Arquivo Promemeu/ UnB AE5513).

representação dos estudantes, independentemente do rumo político que ela adotasse.

Além das discordâncias internas, os estudantes tiveram que enfrentar o aparato do governo que queria impedir a realização do congresso. Os poucos recursos também dificultavam a organização, e o apoio da população soteropolitana foi fundamental, como demonstrou Ruy César:

Porque o ministro da Justiça proibiu e disse que cercaria a cidade, mas, de alguma forma, a gente já tinha um termo de compromisso de que o Centro de Convenções estava cedido. [Mas] Como garantir a chegada dos estudantes? Como garantir a hospedagem deles? No final, a gente já tinha 10 mil pessoas em Salvador. Então, fizemos uma campanha junto à população da cidade e conseguimos todos os alojamentos em casas de família. As famílias fizeram filas na porta do MDB para se cadastrar (COSTA E SILVA, 2004).

Os estudantes baianos parecem não ter medido esforços para a realização do congresso. A divulgação e a realização do Congresso de Reconstrução da UNE significavam, para além do enfrentamento à ditadura, o desejo do retorno à democracia. No momento em que vários movimentos sociais também lutavam pela mesma bandeira, cada fato deveria ser bem propagado, com o intuito de “contagiar” a população em geral. E nesse ponto o congresso realmente movimentou a sociedade. Às vésperas de sua realização, Ruy César fez o que ele mesmo considerou outra “maluquice”: tomou o alto-falante do estádio da Fonte Nova, durante um jogo do Bahia, para falar ao público de 80 mil pessoas que se encontrava no local. Segundo ele: “A gente invadiu a sala, segurou o cara, e eu peguei o microfone e falei para a Fonte Nova. Enquanto isso, alguém passava com uma faixa, no meio do estádio, anunciando o congresso. Isso tudo provocou um efeito muito grande na imprensa” (COSTA E SILVA, 2004).

O congresso, finalmente, aconteceu entre os dias 29 e 30 de maio. A presença de inúmeros políticos (inclusive dos arenistas da Bahia), líderes camponeses e sindicais, e os quase 10 mil estudantes que compareceram ao

evento, evidencia a importância da reconstrução da entidade para a luta pela redemocratização do país. A mesa de abertura ostentava uma grande bandeira da UNE. Os discursos que se seguiram na abertura do congresso enfatizavam o “louvor aos mártires” da militância estudantil e sua ligação com a questão democrática. Mostravam o peso do passado da entidade e como foi realizada a “escolha” desse passado, passada aos militantes daquele momento. A fala do ex-presidente da UNE de 1963–64, José Serra, carregada dos simbolismos que permeiam a história da entidade, enfatizou “que a memória dos que caíram se seguirá presente. Desaparecido ou morto, Honestino Guimarães [último presidente da UNE “desaparecido político” desde 1973] continuará sendo o nosso companheiro de cada dia, a recordar-nos a necessidade da restauração e do aprofundamento da democracia” (ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979, p. 47). Referenciar Honestino como o “companheiro de cada dia” não deixava de ser uma ligação da “dimensão épica da resistência” à realidade vivenciada, com vistas a projetar um futuro, a UNE reconstruída e a derrubada da ditadura, como lembra Javier Alfaya (na época, estudante de Arquitetura da UFBA e ex-presidente da UNE, gestão 1983):

A gente usava a expressão ‘derrubada ditadura’. A gente queria derrubar a ditadura. Não queria superar a ditadura, não queria que houvesse um processo de auto-regulação do regime, que se transformaria por conta própria de ditadura em democracia limitada, e foi o que de fato aconteceu. Nós queríamos a derrubada da ditadura por um movimento de massas, através de manifestação de rua, pressão. Queda do regime militar, fim da ditadura militar, era o slogan que se levantava (ALFAYA, 2004).

O primeiro embate entre forças foi a aprovação da Carta de Princípios. Ruy César, coordenando a plenária geral, recebeu em torno de quinze propostas diferentes de tendências diversas. Cada uma, obviamente, queria sua carta aprovada na íntegra. O próprio Ruy evoca:

Então, propus à plenária que ela me desse dez minutos. Durante esses dez minutos, uma outra pessoa de Pernambuco assumiria a mesa, para que eu pudesse juntar o que fosse consenso em todas as cartas e apresentasse para a plenária. De novo, todas as lideranças foram contra. Porque cada tendência queria que o seu princípio fosse o princípio da UNE. Mas aí, novamente, eu coloquei em votação, e 80% da plenária foi a favor. Peguei todas as cartas de princípios, peguei um princípio de cada carta – aqueles que eram mais consensuais – e fiz a Carta de Princípios da UNE, que foi aprovada (COSTA e SILVA, 2004).

Os sete pontos aprovados na Carta de Princípios da UNE: 1) a UNE é a entidade máxima e representativa dos estudantes brasileiros na defesa de seus interesses e direitos; 2) a UNE é uma entidade livre e independente, subordinada unicamente ao conjunto dos estudantes; 3) a UNE deve pugnar em defesa dos interesses e direitos dos estudantes, sem qualquer distinção de raça, cor, nacionalidade, sexo ou convicção política, religiosa e social; 4) a UNE deve prestar solidariedade à luta de todos os estudantes e entidades estudantis de todo o mundo; 5) a UNE deve incentivar e preservar a cultura nacional popular; 6) a UNE deve lutar pelo ensino voltado para os interesses da população brasileira, gratuito em todos os níveis; 7) a UNE deve lutar contra todas as formas de opressão e exploração e prestar irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores do mundo inteiro. Esse último, o mais polêmico, pois algumas forças não concordavam que se tratava de um “princípio”, mas sim um ponto de programa, como afirmou Sérgio Medeiros, na época diretor do DCE da PUC/RJ, da corrente “Unidade” (PCB): “É claro que devemos nos solidarizar à luta dos trabalhadores, mas não só com ela, com a de todos os setores progressistas. Outro problema foi o encaminhamento da questão da carta, que foi votada ponto por ponto. Carta de Princípios não é uma colcha de retalhos, deve ser aprovada por inteiro, porque reflete em si um espírito, uma filosofia” (ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979, p. 75). Para Fernando Peregrino, na época diretor da UEE de São Paulo (do MR-8): “A votação da Carta de Princípios acabou

mostrando que existe, na base do ME, um arejamento, o início da compreensão, da perspectiva que deve ser dada ao ME. Foi uma carta, como alguma imprensa falou por aí, socializante. Não foi uma carta de princípios socialistas” (ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979, p. 74).

Esse “início de compreensão” pode ser entendido como a organização de um consenso a partir dos interesses das diferentes forças políticas com o intuito de apresentar uma ideia hegemônica para nortear a entidade. Nota-se, assim, a importância da representação estudantil na articulação da vida política. A historiadora francesa Danielle Tartakowsky considera que, em momentos de crise e redefinições de regimes, as associações podem exercer um papel decisivo na reestruturação do poder político (TARTAKOWSKY, 2001, p. 49). Essa pareceu ser a meta da maior parte das correntes que atuavam no ME. Os estudantes que lutaram pela reestruturação da UNE no plano nacional acreditavam que a associação era um canal vigoroso na luta pelo fim da ditadura.

Entretanto, o ponto crucial de disputa foi a votação da nova diretoria. Com a UNE reconstruída, o congresso elegeria uma diretoria provisória para então realizar uma eleição direta posterior ou o próprio congresso elegeria a nova diretoria. Depois de muitos “conchavos” entre as forças, a proposta vencedora optou por uma diretoria provisória com uma eleição direta a ser realizada no segundo semestre de 1979. Aldo Rebelo, que era estudante da Ufal representando a tendência “Viração” (PCdoB), recordou aquele momento mais de vinte anos passados:

Em Alagoas, 98% eram estudantes que iam ali para reorganizar a honra e lutar pela democracia, não iam lutar por uma tendência ‘a’ ou ‘b’. Isso exigia de nós uma responsabilidade grande para que eles tivessem a certeza de que este também era o nosso objetivo. Mas o PCB, a AP, o PCdoB, a Liberdade e Luta travavam uma batalha grande de bastidores e outra nas palavras de ordem, porque uma parte queria eleição direta e outros queriam eleição no congresso. Eu achava que o congresso era mais representativo porque os delegados haviam sido escolhidos em votação nas escolas, nas assembleias, e que a eleição direta poderia permitir um certo grau de dificuldade,

mas, depois mostrou-se que a eleição direta também era uma certa aspiração. Quando não se votava em eleição direta para presidente, para governador, para prefeito de capital, havia a aspiração de fazer da luta pela eleição direta da UNE uma luta também pela eleição direta no país. E terminou vencendo no congresso essa tese contra o meu voto e a minha opinião na época (REBELO, 2004).

É interessante observar a construção do pensamento através do tempo, sua resignificação e seu reemprego. A fala de Rebelo, no presente, apresenta uma reconstrução que ameniza sua posição política da época e é justificada pela própria cultura política que acabou se fixando como marca do período. Essa “reciclagem do passado” (DOSSE, 2004, p. 185) foi proclamada no momento em que Aldo Rebelo era ministro no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Momento considerado histórico, entre outras razões, pelo aprofundamento da incipiente democracia brasileira e que reuniu, em diferentes postos, dezenas de personagens que combateram a ditadura militar, revestidos, em seus discursos, do ideal de uma luta em favor da democracia. Nesse sentido, a disputa política de mais de vinte anos é sucumbida em prol da argumentação que pautou a cultura política emergente da época nessa reconstrução de memória realizada tempo depois.

Para a época, fruto de uma nova cultura política, a luta por eleições diretas significou a luta pelas liberdades democráticas encampada por grande parte do ME.¹⁴ Em um país cuja cidadania foi construída tendo como um de seus pilares o direito a voto, pode-se inferir o quanto a supressão deste (dentre outras medidas autoritárias) pesava para parte da sociedade. Escolher seu representante, de maneira direta, foi a possibilidade de exercer essa cidadania negada, foi uma demonstração da prática política pela qual se lutava e desejava, foi a forma de reconhecer a pluralidade dos grupos e de seus interesses dentro de um processo legitimado por todos, foi o caminho traçado para o retorno à democracia.

¹⁴ Salvo as tendências POLOP/MEP.

Cabe ressaltar que a luta democrática era valorizada mais como um meio para a chegada ao socialismo do que como um fim em si mesma. Nem todas as correntes tinham a mesma concepção de democracia e dos meios para se chegar a ela, mas analisar essas diferenças certamente seria objetivo para outro trabalho. No entanto, é importante esclarecer que existiam, grosso modo, duas visões gerais que davam a tônica entre as diferentes forças políticas. Algumas tendências acreditavam que a saída para o processo de abertura política rumo à democratização estava ancorada numa ampla aliança envolvendo vários setores da sociedade civil, enquanto outras acreditavam que a saída para o fim do regime estava centrada diretamente na revolução socialista. Ainda, como ressaltou o historiador Marcos Napolitano (2002, p. 149), para os grupos de esquerda em geral, a questão democrática ora se traduzia na participação dos diferentes grupos da sociedade na reorganização institucional do país, ora significava a conquista de espaços para atuação junto às massas, visando à derrubada do regime, mas também à implantação do socialismo.

Assim, findou o XXXI Congresso com a UNE reconstruída. Os meses que se seguiram foram de intensa agenda para a diretoria provisória que passou a atuar em nome do movimento nas diversas lutas do momento, principalmente na questão da anistia. Nos bastidores, as diversas tendências se organizaram para a disputa do pleito. Enfim, em 3 e 4 de outubro, ocorreu a primeira eleição direta da história da entidade. Cinco chapas concorreram, representando (e agrupando) diferentes tendências do movimento: “Mutirão”, encabeçada por Ruy César (que fortaleceu seu nome durante o Congresso), uniu as tendências “Caminhando”, “Viração” e “Refazendo” (basicamente APML e PCdoB); “Unidade”, cujo candidato à presidência foi Paulo Massoca, aluno do curso de Engenharia Civil da USP São Carlos, agregando forças principalmente do PCB e MR-8; “Novação”, formada por militantes da Convergência Socialista, encabeçada por Eduardo Albuquerque, diretor do DCE/UFMG; “Libelu”, encabeçada por Josimar Moreira de Melo Filho, do curso de Arquitetura da USP; e, finalmente, a chapa “Maioria”, que

representava a “direita” do ME, encabeçada pelo estudante de Direito do Largo de São Francisco (USP) Marcos Paulino Martins.¹⁵ Em torno de 300 mil estudantes votaram nas eleições que consagraram vencedora a chapa “Mutirão”, com mais de 107 mil votos, e em segundo lugar a chapa “Unidade”, com mais de 80 mil votos.

Considerações finais

A reconstrução da UNE pode ser considerada uma grande manifestação estudantil, mais uma prova da resistência dos estudantes contra o regime. Atesta a assertiva a quantidade de documentos produzidos por órgãos do governo a respeito do assunto, o nível de detalhamento das atividades e as recomendações no sentido de atenção às articulações estudantis que vinham aumentando. Ainda, a ampla cobertura da mídia desde 1977 (independente do uso que se fez dos eventos) mostrou que a volta da UNE foi apresentada como ponto importante no processo já deflagrado por parte da sociedade que se encontrava lutando pelo fim da ditadura.

Um evento reunindo quase 10 mil estudantes, que primeiramente foi proibido e depois consentido, com apoio de políticos da situação, a participação de líderes da oposição, de camponeses, e que fez ressurgir a entidade representativa dos estudantes em nível nacional deve ser considerado ponto importante quando se trata da história da redemocratização brasileira. A reconstrução da UNE, que realizou uma eleição nacional direta, contando com a participação de quase 300 mil estudantes (num universo que englobava pouco mais de um milhão na época), não pode deixar de ser considerada como marco, um ponto importante na mobilização dos movimentos sociais que lutavam pelo retorno

¹⁵ Várias foram as reportagens na Grande Imprensa que cobriram as eleições da UNE. A *Folha de S. Paulo* trouxe no suplemento de educação uma grande reportagem, contendo cada uma das chapas, suas propostas e os nomes dos diretores (*Folha de S. Paulo*, 30 set. 1979, Educação, 3º Caderno, p. 35).

da democracia no país. Internamente, expressou o pleno exercício da cidadania: eleger uma diretoria significou dotar seus membros de uma capacidade de definição de objetivos e legitimidade de intervenção por parte do grupo. Legitimidade esta que o regime contra o qual lutavam não tinha. E, sem dúvida, esses foram os objetivos da sua militância. É bem verdade que o processo interno do ME evidenciou uma disputa acirrada das tendências pela direção do movimento, o que ocorreu ao longo de toda a sua história. Mas o fato político de recriação da entidade de representação nacional dos estudantes, de forma mais ampla e democrática, era um sinal de que outros tempos estavam por começar e, para o ME, um ciclo se fechava.

Depoimentos

Todos os depoimentos foram realizados pela autora no âmbito do Projeto Memória do Movimento Estudantil e se encontram disponíveis para consulta em seu site: www.mme.org.br

- Depoimento de Aldo Rebelo, Brasília, em 04.12.2004.
- Depoimento de Javier Alfaya, São Paulo, em 08.11.2004.
- Depoimento de Ruy César Costa e Silva, São Paulo, em 12.11.2004.

Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: EDUSC, 2005.
- ARAÚJO, Maria Paula. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 161-175.
- ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

- ARAUJO, Maria Paula. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- BÉDARIDA, François. Sur le concept de résistance. In: GUILLON, Jean-Marie; LABORIE, Pierre (Dir.). *Mémoire et histoire: la résistance*. Toulouse: Privat, 1995, p. 45-50.
- BERSTEIN, Serge. Consensus politique et violences civiles dans la France du 20ème. Siècle. *Vingtième Siècle: Revue de Histoire*, Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques, n. 69, p. 51-60, janv./mars 2001.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: editorial Estampa, 1998, p. 349-363.
- CANCIAN, Renato. *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. 2008. 295 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2008.
- DOSSE, François. *História e ciências sociais*. Bauru: Edusc, 2004.
- KEDWARD, Roderick. La résistance, l'histoire et l'anthropologie: quelques domaines de la théorie. In: GUILLON, Jean-Marie; LABORIE, Pierre (Dir.). *Mémoire et histoire: la résistance*. Toulouse: Privat, 1995, p. 109-118.
- MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969–1979)*. 2010. 267 p. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Centre d'Histoire Sociale du XXème Siècle. Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne. São Paulo; Paris, 2010.
- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e poder no Brasil contemporâneo (1977–1984)*. Curitiba: Juruá, 2002.
- ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. (História Imediata, 5.)

TARTAKOWSKY, Danielle. Une redéfinition du politique par les associations? In: ANDRIEU, Claire; LE BÉGUEC, Gilles; TARTAKOWSKY, Danielle (Dir.). *Associations e champ politique: loi 1901 à l'épreuve du siècle*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2001, p. 47-64.